



## URUCUM DE PARANACITY: UMA ANÁLISE DO RECONHECIMENTO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A QUALIDADE DO COLORAU BRASILEIRO.

Ademir Soares Santos Junior<sup>1</sup>  
Carina Caris Zucco<sup>2</sup>  
Claudia Aparecida Toniato Chilante<sup>3</sup>  
Eduarda Silvia Fernanda Modesto Altoé<sup>4</sup>  
Rejane Sartori<sup>5</sup>

**Resumo:** O artigo analisa o processo de reconhecimento da Indicação de Procedência “Paranacity” para o urucum (*Bixa orellana* L.) no Noroeste do Paraná, destacando sua importância econômica, territorial e sociocultural no contexto das políticas de qualidade ligadas à origem no Brasil. O objetivo foi compreender como as ferramentas do Círculo Virtuoso da FAO e da Metodologia Sebrae podem ser utilizadas para realizar uma análise pós-registro da Indicação de Procedência “Paranacity” para o urucum. Metodologicamente, o estudo adotou abordagem qualitativa combinando análise interpretativa e documental estruturada, com entrevistas e observação de campo com produtores associados à Associação dos Produtores de Urucum de Paranacity. A análise foi orientada simultaneamente pelo modelo do Círculo Virtuoso da Qualidade Ligada à Origem, da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação e pela Metodologia de Diagnóstico de Potencial de Indicação Geográfica do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o que possibilitou cruzar dimensões de produto, território, cadeia produtiva, governança e visão de futuro. Os resultados mostraram que o urucum de Paranacity apresenta diferenciação comprovada (teor de bixina acima de 5%, secagem natural e reconhecimento regional como “ouro vermelho”), apoiada por organização coletiva estruturada e por políticas públicas de fomento. Conclui-se que a Indicação Geográfica atuou como instrumento de desenvolvimento territorial sustentável, ao mesmo tempo em que institucionalizou práticas tradicionais, ampliou a remuneração dos produtores e fortaleceu a identidade cultural local, ainda que persista a necessidade de ampliar dados econômicos e estratégias de promoção comercial.

**Palavras-chave:** Indicação Geográfica; Urucum de Paranacity; Qualidade ligada à origem; Desenvolvimento territorial.

## PARANACITY ANNATTO: AN ANALYSIS OF THE GEOGRAPHICAL INDICATION RECOGNITION AND ITS CONTRIBUTION TO THE QUALITY OF BRAZILIAN COLORAU

**Abstract:** *The article analyzes the recognition process of the Geographical Indication of Origin (Indicação de Procedência) “Paranacity” for annatto (*Bixa orellana* L.) in Northwestern Paraná, highlighting its economic, territorial, and sociocultural relevance within the context of quality schemes linked to geographical origin in Brazil. The objective was to understand how the FAO’s Virtuous Circle tools and the Sebrae Methodology can be used to*

<sup>1</sup> Administração (UNICESUMAR). Mestrando em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT), ponto focal UEM. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8795-3196>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6243401960372858>. E-mail: [ademir.junior2210@gmail.com](mailto:ademir.junior2210@gmail.com).

<sup>2</sup> Administração (UENP). MBA em Economia Empresarial (UNESPAR). Mestranda em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT), ponto focal UEM. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-7343-6669>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0415541920214453>. E-mail: [carina.zucco@gmail.com](mailto:carina.zucco@gmail.com).

<sup>3</sup> Ciências Econômicas (UEM). Especialização em Gestão de Ambientes Promotores de Inovação (UNIOESTE). Mestranda em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT), ponto focal UEM. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-0896-6630>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9072025856336509>. E-mail: [ctoniato.chilante@gmail.com](mailto:ctoniato.chilante@gmail.com).

<sup>4</sup> Engenharia de Produção (UEM) MBA em Gestão de Negócios e Inovação (UNICESUMAR). Mestranda em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT), ponto focal UEM. ORCID: <https://www.orcid.org/0009000327645423>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1794962082772468>. E-mail: [eduarda.altoe06@gmail.com](mailto:eduarda.altoe06@gmail.com).

<sup>5</sup> Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Professora do Mestrado Profissional em Rede Nacional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT) no Ponto Focal UEM e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão do Conhecimento (UNICESUMAR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0000-0000-0007>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2212790934134878>. E-mail: [rejanestr@gmail.com](mailto:rejanestr@gmail.com).



*carry out a post-registration analysis of the “Paranacity” Indication of Origin for annatto. Methodologically, the study adopted a qualitative approach, combining interpretative and structured documentary analysis with field interviews and observation involving producers associated with the Paranacity Annatto Producers’ Association. The analysis was simultaneously guided by the Virtuous Circle of Quality Linked to Geographical Origin model, developed by the Food and Agriculture Organization of the United Nations, and by the Geographical Indication Potential Diagnostic Methodology of the Brazilian Micro and Small Business Support Service (Sebrae), which made it possible to cross-check dimensions related to product, territory, value chain, governance, and future vision. The results showed that Paranacity annatto presents proven differentiation (bixin content above 5%, natural drying, and regional recognition as “red gold”), supported by a structured collective organization and public policies for promotion. It is concluded that the Geographical Indication has functioned as an instrument for sustainable territorial development, while at the same time institutionalizing traditional practices, increasing producers’ remuneration, and strengthening local cultural identity, even though there remains a need to expand economic data and commercial promotion strategies.*

**Keywords:** *(Between 4 and 5 keywords, separated by semicolons, the first word must be capitalized and the rest in lowercase.) For example: Environmental health; environmental ethics; single health; homeopathic philosophy; Brazil.*

## 1 Introdução

O urucum (*Bixa orellana* L.), conhecido popularmente como “a planta do colorau”, é uma espécie nativa da Amazônia amplamente cultivada no Brasil. O urucuzeiro, uma árvore de pequeno porte cuja característica mais marcante é o fruto, abriga sementes de coloração vermelho-escura intensamente pigmentadas (Rodrigues et al., 2021). O pigmento extraído de suas sementes, a bixina, é utilizado como corante natural nas indústrias alimentícia, cosmética e farmacêutica. O Brasil ocupa posição de destaque na produção mundial, respondendo por aproximadamente 70% da oferta global. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2024 foram mais de 12 mil toneladas produzidas, com valor bruto de produção estimado em R\$ 166 mil (IBGE, 2024).

Segundo o IBGE (2024), o urucum está presente em mais de dez estados brasileiros, com destaque para o Pará, Maranhão, Mato Grosso, Bahia e Paraná, este último consolidando-se como referência na região Sul. O valor de mercado do urucum está diretamente ligado à concentração de bixina, que representa mais de 80% dos carotenoides identificados em suas sementes (Satyanarayana et al., 2003). Esse pigmento natural é valorizado pela estabilidade e pela tendência global de substituição de corantes sintéticos, especialmente após restrições regulatórias internacionais. O fortalecimento da cadeia produtiva do urucum foi impulsionado pela atuação conjunta da Associação dos Produtores de Urucum de Paranacity (APRUCITY), do Sebrae/PR, da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná), culminando no reconhecimento da Indicação de Procedência (IP) “Paranacity” pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), em maio de 2025 (INPI, 2025). Trata-se da primeira Indicação Geográfica (IG) concedida a um fruto no Brasil, e o 17º registro de IG do estado



do Paraná, reforçando o protagonismo regional em políticas de qualidade ligadas à origem (Agência de Notícias do Paraná, 2025).

O mercado mundial de corantes naturais movimentou cerca de US\$ 1,6 bilhão em 2022, com expectativa de crescimento anual de 5,3% até 2030 (Grand View Research, 2023). Nesse contexto, o urucum brasileiro ganha competitividade por sua origem tropical e pela sustentabilidade de seu cultivo. O produto é comercializado tanto *in natura* (sementes e pó) quanto processado (oleorresina, colorau e extratos concentrados), atendendo desde o mercado interno, com forte presença no varejo e na indústria alimentícia, até o mercado externo, especialmente Estados Unidos, Alemanha e França (Rodrigues et al., 2021).

O reconhecimento da IG amplia a visibilidade do produto, facilita o acesso a novos mercados e fortalece a proteção da reputação construída ao longo do tempo, conforme orienta o modelo de qualidade ligada à origem da Food and Agriculture Organization (FAO, 2010). Além dos benefícios econômicos, o processo favoreceu o associativismo local, promoveu boas práticas agrícolas e incentivou a bioeconomia circular, com uso de biofertilizantes e práticas agroecológicas de baixo impacto, em consonância com diretrizes de sustentabilidade e desenvolvimento territorial (FAO, 2010; Sebrae, 2022; IDR-PR, 2024; MAPA, 2023).

No Paraná, o cultivo do urucum está concentrado nos municípios de Paranacity e Cruzeiro do Sul, na região Noroeste do estado. O território apresenta solos férteis e clima tropical úmido, ideais para o desenvolvimento das variedades locais Piave e Piave Anão, que possuem teor de bixina superior a 5%, acima da média nacional de 3,5% (APRUCITY, 2024). Essa característica físico-química confere coloração intensa e maior valor agregado ao produto, reconhecido regionalmente como o “ouro vermelho”. De acordo com o IDR-Paraná, a produtividade local chega a 1.200 kg por hectare, e o preço médio por quilograma de sementes secas pode atingir R\$ 22,00, refletindo o diferencial qualitativo promovido pela origem geográfica.

Nesse cenário, torna-se necessário examinar, em perspectiva pós-registro, a sustentabilidade produtiva, social e territorial do urucum associado à IG “Paranacity”, verificando a permanência e a coerência dos elementos que fundamentaram sua concessão. Embora existam metodologias consolidadas para o diagnóstico pré-registro de IGs, ainda são escassas as ferramentas específicas capazes de orientar análises pós-IG. Isto dificulta o monitoramento contínuo dos efeitos da certificação, especialmente em termos de governança, desempenho produtivo, uso sustentável dos recursos, coesão territorial e manutenção da reputação construída. Para tanto, este estudo avalia a IP “Paranacity” por meio da aplicação conjunta do Círculo Virtuoso da FAO (2010) e da Metodologia Sebrae de Diagnóstico de Potencial de IG (2022), de modo a verificar a adequação territorial, produtiva e organizacional da IG após o reconhecimento oficial.



Nesse sentido, a metodologia Sebrae é empregada como instrumento analítico em perspectiva pós-registro, permitindo mensurar maturidade organizacional, governança, desempenho produtivo e coesão territorial. De forma complementar, o modelo FAO (2010) possibilita uma análise sistêmica das etapas de identificação, qualificação, remuneração, reprodução dos recursos e políticas públicas, oferecendo um quadro integrado para compreender a robustez da IG após sua concessão. Diante desse contexto e considerando a necessidade de instrumentos que permitam avaliar a evolução de uma IG após seu reconhecimento, torna-se pertinente investigar de que modo metodologias consolidadas podem apoiar esse processo. Assim, este estudo busca compreender como as ferramentas do Círculo Virtuoso da FAO e da Metodologia Sebrae podem ser utilizadas para realizar uma análise pós-registro da IP “Paranacity” para o urucum.

O estudo adota uma abordagem qualitativa combinando análise interpretativa e documental estruturada, com entrevistas e observação de campo, orientadas pela Metodologia Sebrae (2022) e pelo modelo do Círculo Virtuoso da Qualidade Ligada à Origem (FAO, 2010). Além desta introdução, o artigo está estruturado em cinco seções: a segunda apresenta o referencial teórico; a terceira descreve a metodologia; a quarta expõe e discute os resultados; e, por fim, são apresentadas as considerações finais.

## 2 Referencial teórico

O registro de IG é concedido a produtos ou serviços que se destacam por suas características vinculadas ao território de origem, conferindo-lhes reputação, valor e identidade própria. De acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA, 2023), esses atributos decorrem tanto de fatores naturais, como solo, vegetação e clima, quanto do saber-fazer tradicional desenvolvido pelas comunidades locais, o que resulta em produtos únicos e diferenciados em relação aos similares disponíveis no mercado.

O marco legal das IGs no Brasil é a Lei nº 9.279/1996, que regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Atualmente, sua regulamentação é complementada pela Portaria INPI/PR nº 04/2022, a qual estabelece os critérios e procedimentos para o registro de IGs, cuja concessão é de competência do INPI (Brasil, INPI, 2022).

A legislação prevê duas modalidades de IG: a IP e a Denominação de Origem. A primeira refere-se ao nome geográfico de uma localidade que se tornou conhecida pela extração, produção ou fabricação de determinado produto, ou pela prestação de um serviço específico. Já a segunda corresponde ao nome geográfico associado a produtos ou serviços cujas qualidades e



características derivam essencial ou exclusivamente do meio geográfico, considerando os fatores humanos e naturais que o compõem (MAPA, 2023).

O Ministério da Agricultura e Pecuária atua como instância de fomento e apoio técnico às atividades voltadas ao registro e à valorização das IGs, especialmente no setor agropecuário. Essa atuação ocorre por meio da Coordenação de Agregação de Valor (CAV), vinculada à Coordenação-Geral de Cooperativismo, Associativismo Rural e Agregação de Valor (CGCOAV) e ao Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e de IGs (DECAP), da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo (SDI). O Ministério também dispõe de orçamento próprio para ações de capacitação, promoção e articulação institucional, incluindo cursos, seminários, oficinas e parcerias voltadas ao mapeamento e à valorização de produtos com potencial de registro de IG geográfica (MAPA, 2023).

Nesse contexto, o artigo *“A Indicação Geográfica como direito de propriedade intelectual”* discute a importância das IGs como instrumento jurídico de proteção da identidade territorial e cultural associada a produtos e serviços. Os autores ressaltam que a IG é uma categoria específica de propriedade intelectual voltada à valorização de fatores humanos e naturais que influenciam a qualidade e a reputação de bens originários de determinado local. Assim, a proteção das IGs tem como objetivo impedir o uso indevido de nomes geográficos e garantir que apenas produtores localizados na região reconhecida possam utilizar o signo distintivo, assegurando autenticidade e competitividade no mercado (Brito et al., 2025)

Os autores enfatizam ainda que a regulamentação das IGs no Brasil, amparada pela Lei nº 9.279/1996, representa um avanço no reconhecimento jurídico do valor simbólico e econômico da origem dos produtos, e a IG atua como um instrumento de desenvolvimento regional e preservação cultural, além de promover práticas sustentáveis e fortalecer o associativismo local. Dessa forma, ao proteger o vínculo entre território, tradição e produção, as IGs contribuem não apenas para a defesa de direitos coletivos, mas também para a consolidação da identidade produtiva brasileira no cenário internacional (Brito et al., 2025).

De forma complementar, (Corrêa et al., 2024) analisam os mecanismos de organização e coordenação institucional envolvidos nos processos de reconhecimento e gestão das IGs no país. Os autores destacam que a governança é fator determinante para o êxito do registro de IG e requer articulação entre atores públicos e privados, incluindo produtores, associações, instituições de pesquisa e órgãos governamentais. O estudo mostrou que a estrutura associativa contribui para a manutenção da qualidade dos produtos, o fortalecimento do capital social e a promoção de práticas colaborativas que sustentam o uso adequado da IP.

Além disso, os autores apontam que os principais desafios para a implementação das IGs no Brasil estão relacionados à falta de capacitação técnica, à gestão pós-registro e à dificuldade de



engajamento dos produtores locais. O estudo sugere que políticas públicas voltadas à qualificação da governança e à integração das cadeias produtivas são necessárias para o fortalecimento do sistema de IG. Assim, a IG é compreendida como um instrumento jurídico de propriedade intelectual e uma ferramenta estratégica de desenvolvimento territorial, que depende da capacidade organizacional e do comprometimento coletivo dos agentes envolvidos (Corrêa et al., 2024).

Por sua vez, Venâncio et al. (2023) analisaram a relação entre as IGs e o desenvolvimento de políticas públicas regionais no Brasil. Os autores destacam que, embora o uso formal das IGs seja recente no país, trata-se de um instrumento estratégico para valorizar produtos locais e fortalecer economias regionais. A pesquisa demonstrou que a eficácia das IGs depende da integração entre ações gerenciais, comerciais, turísticas e políticas, de modo a alinhar o desenvolvimento econômico com a preservação cultural e ambiental.

Nesse sentido, as IGs podem ser consideradas instrumentos de gestão territorial capazes de fomentar o associativismo, fortalecer a governança local e valorizar o patrimônio imaterial. Quando bem implementadas e monitoradas, constituem uma ferramenta de políticas públicas voltadas à redução de desigualdades regionais e à promoção de identidades produtivas locais, demonstrando seu papel na valorização de territórios e na promoção da sustentabilidade econômica e cultural (Venâncio et al., 2023).

No contexto das políticas públicas e do desenvolvimento territorial, as IGs configuram-se como instrumentos que articulam saber tradicional, governança local e agregação de valor, promovendo a sustentabilidade socioeconômica dos territórios (FAO, 2010; SEBRAE, 2022). A literatura contemporânea mostra que a consolidação de uma IG depende de fatores normativos e produtivos e, ainda, da sinergia entre os atores sociais e da capacidade de reprodução dos recursos locais, constituindo um processo contínuo e dinâmico de qualificação territorial (Venâncio et al., 2023; Corrêa et al., 2024).

### 3 Metodologia

A presente pesquisa, adota uma abordagem qualitativa combinando análise interpretativa e documental estruturada, com entrevistas e observação de campo. A análise se justifica pela complexidade inerente aos estudos de IG, que demandam tanto a comprovação de fatores objetivos e mensuráveis quanto a compreensão de aspectos subjetivos, culturais e históricos que conectam um produto a seu território. A metodologia foi estruturada para, simultaneamente, delimitar as especificidades geográficas e produtivas do urucum de Paranacity e interpretar os saberes e as práticas sociais que constituem sua notoriedade e reputação.



Em uma primeira dimensão, de inspiração positivista, buscou-se objetividade na caracterização do produto e de sua área de produção. Fundamentada nos preceitos de Auguste Comte sobre a busca por leis e regularidades nos fenômenos, e especialmente na metodologia de Émile Durkheim, a pesquisa tratou os "fatos sociais" como "coisas" passíveis de mensuração e análise sistemática. Conforme orienta Durkheim (2007), a objetividade é alcançada pelo distanciamento do pesquisador e pela análise de dados empíricos. Nesta etapa, foram coletados e analisados dados quantitativos referentes a: (a) caracterização edafoclimática da região de Paranacity, com levantamento de dados de solo e clima; (b) produtividade das lavouras de urucum; e (c) indicadores econômicos da produção, como volume comercializado e número de produtores envolvidos. Os dados foram obtidos junto a instituições como o IDR-Paraná e secretarias municipais de Agricultura e de Meio Ambiente de Paranacity.

Complementarmente, a abordagem qualitativa contribuiu para maior compreensão dos aspectos humanos e culturais que conferem singularidade ao urucum local, um elemento central para a notoriedade exigida pela IG. Esta dimensão baseia-se na sociologia compreensiva de Max Weber, que defende a necessidade de interpretar o sentido que os sujeitos atribuem às suas ações sociais (Weber, 2004). O objetivo foi alcançar a *Verstehen* (compreensão interpretativa) do "saber-fazer" local. Para tanto, adotou-se um enfoque etnográfico inspirado nos trabalhos de Bronislaw Malinowski (1978), que preconiza a imersão do pesquisador no universo investigado. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com produtores rurais de Paranacity e observação participante durante os processos de cultivo, colheita e beneficiamento do urucum. Esta etapa visou registrar as técnicas tradicionais, as histórias de vida e a percepção coletiva que associam a qualidade do produto à identidade local.

A aplicação simultânea do Círculo Virtuoso da FAO (2010) e da Metodologia Sebrae (2022) justifica-se pelo caráter pós-registro deste estudo. Embora o diagnóstico Sebrae tenha sido concebido para avaliar o potencial de reconhecimento de uma IG, aqui ele é utilizado como ferramenta analítica para aferir maturidade da governança, coesão produtiva e permanência dos atributos que fundamentaram o reconhecimento da IP "Paranacity". O modelo FAO, por sua vez, permite compreender a dinâmica territorial e a sustentabilidade do sistema de qualidade ligada à origem, oferecendo uma perspectiva complementar e estruturante da análise.

A amostragem adotada foi intencional (não probabilística), priorizando atores diretamente envolvidos na produção e na governança da IP. Participaram da entrevista o secretário municipal de Agricultura, um técnico agrícola da Secretaria Municipal de Agricultura, o presidente da APRUCITY, também produtor, e um casal de agricultores acompanhados de seus filhos. A escolha desses participantes fundamentou-se em critérios de relevância socioterritorial: (i) inserção direta nas etapas produtivas; (ii) papel estratégico na gestão coletiva e na articulação institucional da



cadeia; (iii) domínio do saber-fazer tradicional transmitido entre gerações; e (iv) vivência histórica da cultura do urucum no município. A entrevista ocorreu em 25/10/2025, durante visita técnica à associação e a uma propriedade rural, foi gravada, transcrita integralmente (dez páginas) e teve duração aproximada de duas horas e meia. O grupo entrevistado relatou trajetórias familiares marcadas pela continuidade da cultura do urucum, muitas vezes vinculada à antiga tradição do colorau doméstico produzido nos períodos em que o café predominava na região, o que reforça a dimensão histórica e identitária do cultivo. Após a transcrição, aplicou-se análise temática, relacionando cada bloco do roteiro aos eixos da Metodologia Sebrae (2022) e às cinco etapas do Círculo Virtuoso da FAO (2010), de modo a integrar evidências qualitativas, socioeconômicas e territoriais.

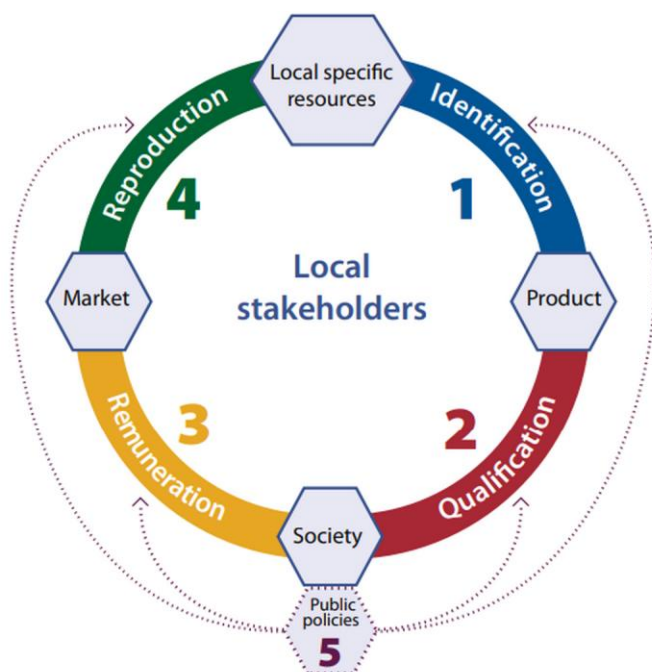
A abordagem metodológica partiu de uma coleta de dados multifacetada, englobando: (i) revisão documental (Caderno de Especificações Técnicas/INPI, notas técnicas do IDR-PR e fontes oficiais); (ii) levantamento de indicadores quantitativos (solo, clima, produtividade e comercialização); e (iii) entrevistas semiestruturadas com produtores e atores institucionais.

Os registros obtidos foram sistematicamente organizados e tabulados para a consolidação das evidências. A análise dos dados foi fundamentada em dois pilares teóricos articulados: o "Círculo Virtuoso da Qualidade Ligada à Origem" (FAO, 2010) e a "Metodologia de Diagnóstico de Potencial de IG" (Sebrae, 2022).

Justifica-se o uso da metodologia do Sebrae (2022) pois, embora originalmente desenhada para a prospecção de novas IGs, sua estrutura analítica demonstrou-se adequada para a gestão de Indicações Geográficas já reconhecidas. Seus parâmetros permitem a realização de auditorias contínuas (como a identificação de lacunas e o monitoramento do vínculo), além de fornecerem bases para a defesa legal (coleta de evidências) e para a valorização estratégica. Esta última inclui tanto ferramentas de marketing, como o *storytelling*, quanto processos de adaptação e evolução da IG, por meio de revisões estratégicas e ajustes de regras. Essa integração analítica permitiu compreender como os elementos culturais, sociais, ambientais e produtivos se interconectam para conferir qualidade, valor e reputação ao urucum de Paranacity.

O Círculo Virtuoso da Qualidade Ligado à Origem é um modelo que estrutura o processo de valorização de produtos tradicionais e territoriais e baseia-se em um ciclo contínuo composto por cinco dimensões interdependente, são elas identificação, qualificação, valorização, reprodução e políticas públicas, nas quais as práticas produtivas e os saberes locais interagem para agregar valor e promover sustentabilidade territorial (Vandecandelaere et al., 2010). A Figura 1 apresenta a representação esquemática do Círculo Virtuoso da Qualidade Ligado à Origem.

Figura 1. Representação esquemática do Círculo Virtuoso da Qualidade Ligado à Origem.



Fonte: Vandecandelaere et al. (2010)

A identificação envolve o reconhecimento das especificidades locais e do vínculo entre o produto e sua origem geográfica; a qualificação refere-se à definição de padrões de produção e mecanismos de controle da qualidade; a valorização traduz-se no posicionamento do produto no mercado e no reconhecimento do valor agregado derivado de sua origem; a reprodução diz respeito ao reinvestimento dos benefícios econômicos e sociais na comunidade local, garantindo a sustentabilidade e a perpetuação do modelo; e, por fim, as políticas públicas atuam como elemento transversal, fomentando o ambiente institucional e normativo necessário para apoiar o desenvolvimento das IGs, fortalecer a governança local e assegurar a continuidade do ciclo virtuoso ao longo do tempo (Vandecandelaere et al., 2010). Nesse contexto, as IGs tornam-se instrumentos estratégicos de desenvolvimento territorial sustentável, ao promover a articulação entre atores locais, patrimônio cultural e governança coletiva.

O Diagnóstico de Potencial de IG, desenvolvido pelo Sebrae (2022), constitui uma metodologia estruturada para identificar produtos e serviços com atributos diferenciados e vinculados ao território de origem, que apresentem potencial de reconhecimento formal como IG. Esse modelo tem como finalidade orientar a tomada de decisão sobre a viabilidade de um processo de registro junto ao INPI, a partir de um conjunto de indicadores qualitativos e quantitativos que avaliam dimensões como histórico produtivo, reputação, vínculo territorial, organização coletiva e governança local. Além de oferecer um panorama diagnóstico, o instrumento promove uma análise participativa, envolvendo os principais atores da cadeia produtiva e instituições de apoio, com vistas ao fortalecimento do capital social e à valorização dos saberes locais (SEBRAE, 2022).



Assim, o diagnóstico do Sebrae se configura como uma ferramenta de base empírica e estratégica, que complementa abordagens internacionais, como o modelo da FAO (2010), ao traduzir os critérios de qualidade ligados à origem para a realidade produtiva e institucional brasileira.

Para orientar a coleta de dados junto aos produtores e atores locais, foi elaborado um roteiro estruturado de entrevista baseado na Metodologia Sebrae (2022) e no Círculo Virtuoso da Qualidade Ligada à Origem (FAO, 2010). Esse roteiro buscou captar informações sobre os vínculos entre o produto, o território e o saber-fazer, bem como aspectos de governança, desempenho econômico e visão de futuro da cadeia produtiva do urucum. O instrumento utilizado encontra-se descrito no Quadro 1:

Quadro 1 – Roteiro estruturado da entrevista

<b>Crítérios</b>	<b>Perguntas</b>
<b>Avaliação do Potencial de IP</b>	1. Existem evidências de mercado que comprovem que o nome “Urucum de Paranacity” é reconhecido como centro produtor do fruto?
<b>Produto</b>	2. Quais são as principais características que tornam o urucum da região diferente dos outros? 3. O urucum local já tem uma boa reputação no mercado, seja regional ou nacional? 4. Há quanto tempo o urucum é cultivado em Paranacity? 5. A produção segue as regras e exigências legais, ambientais e de segurança?
<b>Territorialidade</b>	6. Qual é a área geográfica reconhecida como centro produtor (Paranacity, Cruzeiro do Sul e entorno)? 7. Quais etapas produtivas ocorrem na área (colheita, secagem, beneficiamento, armazenamento, comercialização)? 8. Os produtores estão sediados dentro da área delimitada?
<b>Método de Produção / Cadeia Produtiva</b>	9. Quais elos compõem a cadeia produtiva (produção agrícola, processamento, comercialização)? 10. Existe sistema de controle de qualidade? 11. Como se dá a relação comercial entre produtores e compradores? 12. As políticas públicas reconhecem e apoiam a cadeia produtiva do urucum?
<b>Governança</b>	13. Existe entidade coletiva formal (APRUCITY) representando os produtores? 14. Como é a atuação dessa entidade em termos de representatividade e articulação institucional? 15. Há capacidade de captação de recursos e sustentabilidade financeira? 16. Como se dá a cooperação entre os produtores locais?
<b>Identidade e Senso de Pertencimento</b>	17. Quais valores, crenças e princípios orientam a produção e a relação com a comunidade? 18. Os produtores demonstram orgulho e engajamento em pertencer à região produtora? 19. A população local reconhece o urucum como símbolo da identidade territorial?
<b>Desempenho Econômico</b>	20. Quantos produtores estão envolvidos nas etapas produtivas? 21. Qual o valor econômico anual estimado da produção?



<b>Necessidade de Proteção</b>	22. Os compradores exigem comprovação de origem do produto?
<b>Pesquisa Envolvida</b>	23. Quais fatores naturais (solo, clima, umidade) influenciam a qualidade? 24. Quais fatores humanos (técnicas, saber-fazer) influenciam o produto? 25. Existem estudos técnico-científicos que comprovem o vínculo com o território? 26. Quais ICTs estão envolvidas (UEM, IDR-PR, Sebrae, INPI)?
<b>Visão de Futuro</b>	27. Quais são as metas dos produtores em relação à expansão de mercado (regional, nacional, internacional)? 28. Quais são as perspectivas de desenvolvimento territorial associadas à IG?

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Este estudo está em conformidade com a Resolução CNS nº 510/2016, que regula pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. As entrevistas realizadas abordaram exclusivamente aspectos profissionais, produtivos e institucionais relacionados à cadeia do urucum em Paracity, sem envolver dados pessoais sensíveis ou situações de vulnerabilidade. Não houve riscos físicos, psicológicos, sociais ou econômicos aos participantes. Por essas razões, a pesquisa encontra-se dispensada de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme previsto na legislação brasileira.

Adicionalmente, a fundamentação histórica da notoriedade do urucum de Paracity foi investigada por meio da pesquisa documental. Foram analisadas reportagens de circulação regional, fotografias e publicações técnicas variadas. De forma sintética, os procedimentos foram executados na seguinte ordem: (1) revisão bibliográfica e documental para contextualização histórica e teórica; (2) coleta de dados para a delimitação e caracterização da área geográfica e do produto; e (3) análise integrada dos dados para subsidiar a argumentação em favor da IG do Urucum de Paracity.

Para interpretação dos resultados e sustentação da análise, o estudo adotou o referencial metodológico combinado da Metodologia Sebrae (2022) e do Círculo Virtuoso da Qualidade Ligada à Origem (FAO, 2010). Essa integração permitiu relacionar as cinco dimensões analíticas do Sebrae, Produto, Território, Cadeia Produtiva, Governança e Visão de Futuro, às etapas do Círculo Virtuoso, Identificação, Qualificação, Remuneração, Reprodução e Políticas Públicas, possibilitando uma leitura cruzada entre indicadores socioeconômicos e evidências qualitativas.

A matriz de correspondência entre a metodologia Sebrae e o Círculo Virtuoso da Qualidade Ligada à Origem está disposta no Quadro 2.



Quadro 2 – Matriz de correspondência entre a Metodologia Sebrae e o Círculo Virtuoso da Qualidade Ligada à Origem.

Dimensão Sebrae	Etapas Círculo Virtuoso	Crítérios / Indicadores principais	Evidências no caso Urucum de Paranacity
Produto	Identificação e Qualificação	Diferenciação, reputação, parâmetros técnicos de qualidade	Variedades <i>Piave</i> e <i>Piave Anão</i> com mais de 5 % de bixina; secagem natural cerca de 20 dias; “ouro vermelho”.
Território	Identificação	Vínculo geográfico, recursos naturais e históricos	Delimitação: Paranacity e Cruzeiro do Sul; solos férteis, clima tropical úmido, tradição de mais de 40 anos.
Cadeia Produtiva	Identificação / Qualificação	Atores, saber-fazer, rastreabilidade	33 produtores organizados na APRUCITY; o IDR-PR, a UEM e o Sebrae atuam no suporte técnico.
Governança	Qualificação / Políticas Públicas	Regras coletivas, gestão e controle	Caderno de Especificações Técnicas elaborado participativamente; gestão da marca coletiva pela APRUCITY; apoio INPI e IDR-PR.
Visão de Futuro	Remuneração / Reprodução	Estratégias de agregação de valor e sustentabilidade	Preço premium cerca de R\$22/kg; planos de expansão de compra de maquinário específico, de sucessão familiar e busca em abranger áreas de cosméticos, farmacêuticas, dentre outras.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

## 4 Resultados e discussão

A articulação entre as metodologias FAO e Sebrae constitui um dos principais diferenciais analíticos deste estudo. Enquanto o modelo FAO (2010) orienta a compreensão sistêmica das etapas da qualidade ligada à origem, a Metodologia Sebrae (2022) fornece indicadores operacionais sobre organização coletiva, práticas produtivas, maturidade da governança e visão de futuro. Essa abordagem integrada permite avaliar os fundamentos históricos e territoriais que justificaram a concessão da IG, e a consistência pós-registro da IP, revelando avanços, desafios e oportunidades para a sua continuidade.

A aplicação combinada da metodologia do Círculo Virtuoso da Qualidade Ligada à Origem e da Metodologia Sebrae permitiu compreender o percurso de reconhecimento da IP do Urucum de Paranacity sob cinco dimensões analíticas: identificação, qualificação, remuneração, reprodução dos recursos locais e políticas públicas. O conjunto das informações coletadas, revelou que o processo de IG resultou de uma construção coletiva baseada na valorização do saber-fazer tradicional, no aproveitamento sustentável dos recursos locais e na atuação articulada das instituições de apoio.



#### 4.1 Etapa de identificação

##### 4.1.1 Produto e reputação

O produto central da IG é o urucum (*Bixa orellana* L.), cultivado há mais de quatro décadas nos municípios de Paranacity e Cruzeiro do Sul, no Noroeste do Paraná. As variedades Piave e Piave Anão apresentam teor de bixina superior a 5%, valor acima da média nacional (3,5%), o que reforça o vínculo entre as condições de clima e solo e a qualidade do produto. Essa propriedade físico-química, aliada ao saber-fazer local, confere coloração intensa e alta concentração de pigmentos naturais, tornando o urucum altamente valorizado pelas indústrias alimentícia, cosmética e farmacêutica (MAPA, 2023; CORRÊA et al., 2024).

O reconhecimento da qualidade está presente no apelido regional “ouro vermelho”, expressão que sintetiza o valor cultural e econômico do produto e reflete sua notoriedade territorial (Venâncio et al., 2023). Essa reputação foi institucionalizada com o registro da IG em 2025, a primeira do Brasil para um fruto, ampliando a visibilidade do território e reforçando a confiança dos consumidores quanto à origem e autenticidade do urucum de Paranacity.

##### 4.1.2 Lugar e recursos

O território da IG, delimitado pelo CET, compreende as zonas rurais de Paranacity e Cruzeiro do Sul, caracterizadas por solos férteis de textura média, clima tropical úmido e regime pluviométrico regular, fatores determinantes para o alto teor de bixina (MAPA, 2023). As práticas tradicionais de colheita com umidade controlada e a secagem natural por cerca de 20 dias são requisitos normativos do processo produtivo local, adotados para preservar as propriedades sensoriais e físico-químicas do grão e assegurar teor de bixina de 5% (INPI, 2025)

Esses recursos locais, solo, clima e práticas manuais compõem um sistema agroecológico de baixo impacto ambiental e alto potencial de registro de IG orgânica. A introdução do lodo tratado da Sanepar como biofertilizante, que aumentou em até 30% a produtividade, exemplifica a integração entre tradição e inovação tecnológica, contribuindo para a sustentabilidade produtiva e a resiliência territorial (Venâncio et al., 2023).

##### 4.1.3 Pessoas e saberes



A Aprucity, criada em 2006, atua como liderança representativa, articulando a cooperação entre produtores e instituições parceiras, como IDR-PR, UEM, Sebrae/PR, Itaipu Binacional, Fundação Araucária e prefeituras locais, o que reforça a governança e o capital social do grupo. Essa rede colaborativa materializa a noção de governança territorial participativa, necessária para a sustentabilidade das IGs no Brasil (Corrêa et al., 2024; Venâncio et al., 2023).

A cadeia produtiva do urucum é formada predominantemente por pequenos agricultores familiares, organizados na Aprucity. O saber-fazer tradicional, transmitido intergeracionalmente, traduz a racionalidade prática e o sentido das ações sociais dos produtores, conforme a perspectiva compreensiva de Weber (2004). Durante a visita técnica percebeu-se o caráter observatório e analítico dos produtores, pois o teor elevado de bixina dos frutos de urucum foi obtido mediante testes de variedades de urucuzeiro, períodos variados de colheita, diversas formas de secagem e de armazenamento. Os produtores são extremamente abertos a pesquisadores e demais instituições parceiras que queiram trabalhar o melhoramento da plantação e colheita. Segundo os membros da Associação, existe uma busca em pesquisas que façam defensivos agrícolas voltados à plantação de urucum e facilite a sua compra. Os agricultores comentaram sobre testes com defensivos biológicos, e a busca por melhorar a eficiência da colheita.

A produção do urucum, é uma atividade econômica e um patrimônio cultural coletivo que fortalece a identidade territorial e o sentimento de pertencimento (Malinowski, 1978; Venâncio et al., 2023).

#### 4.2 Etapa de qualificação

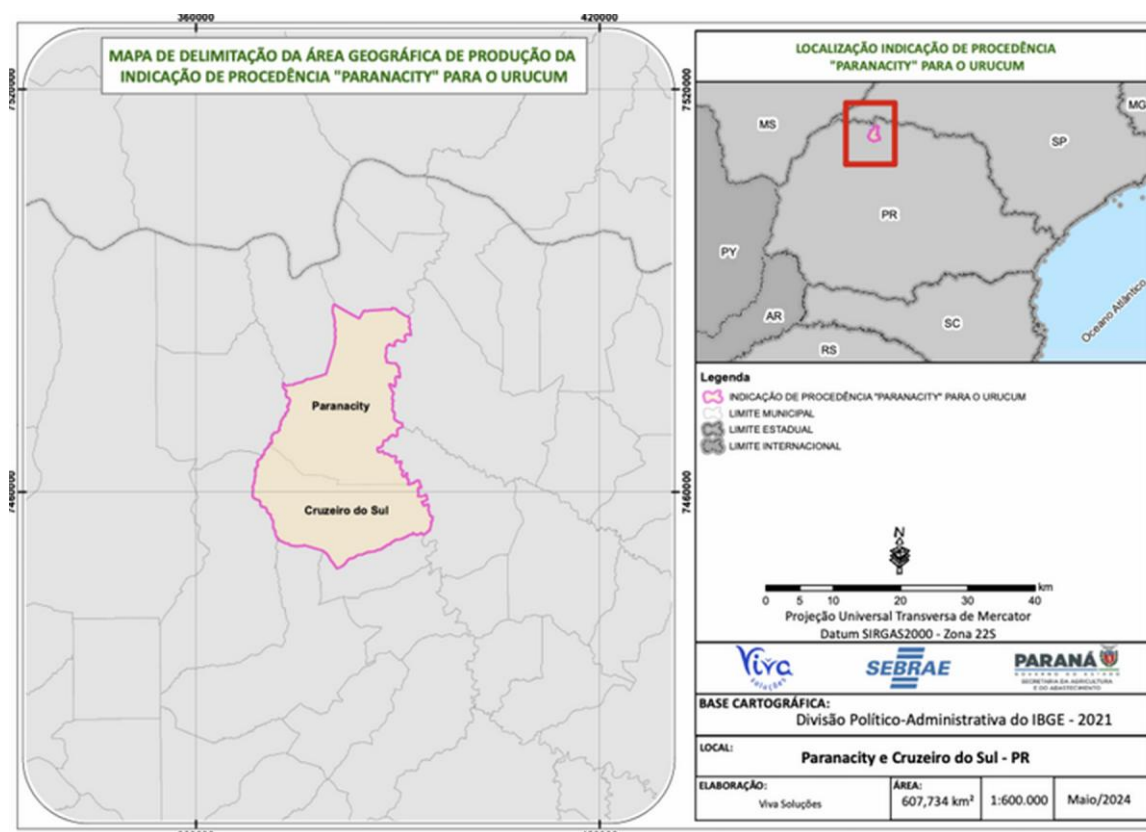
A etapa de qualificação do Urucum de Paranacity constituiu uma das fases do processo de IG, que contém os elementos técnicos, sociais e ambientais que sustentam a reputação do produto. O processo foi conduzido de forma participativa, envolvendo produtores locais, técnicos do IDR-PR, pesquisadores da UEM e consultores do Sebrae/PR, sob coordenação da Aprucity.

O principal instrumento técnico resultante dessa etapa foi a elaboração do CET, documento que formaliza o *Código de Práticas* adotado pela IP. De acordo com o CET (APRUCITY, 2024), foram definidos parâmetros objetivos para assegurar a rastreabilidade e a autenticidade do produto, como o teor mínimo de bixina de 5%, a colheita em condições de umidade controlada e a secagem natural de aproximadamente vinte dias. Tais critérios permitem preservar a intensidade da coloração e garantir a uniformidade da qualidade entre os produtores.

O território da IG foi delimitado com base em evidências históricas, sociais e geográficas que comprovam a concentração da produção e o vínculo do urucum com o meio natural. O mapa de delimitação da área geográfica correspondente à IP “Paranacity”, abrangendo os municípios de

Paranacity e Cruzeiro do Sul, onde as condições edafoclimáticas favorecem a formação de pigmentos de alta qualidade. Essa representação cartográfica, retirada do CET da IP de Paranacity para o Urucum (APRUCITY, 2024), ilustra o vínculo entre o território, a história local e o produto, conforme preconiza a metodologia do Círculo Virtuoso da FAO.

Figura 2 – Mapa da delimitação da área geográfica da IP “Paranacity” para o Urucum.



Fonte: APRUCITY (2024)

A representação gráfica da IG, logomarca oficial registrada junto ao INPI em 2025, está apresentada na Figura 3. O símbolo, que conjuga o fruto estilizado e o nome “Paranacity”, será aplicado nas embalagens e materiais de divulgação de acordo com os padrões definidos pelo CET. Segundo o INPI (2025), o uso controlado dessa marca coletiva é essencial para comunicar ao consumidor a origem certificada e reforçar a reputação da região produtora.

Figura 3 – Representação gráfica da IG “Paranacity” a ser aplicada nos padrões de comercialização do Urucum



Fonte: INPI (2025)

Além dos aspectos técnicos e visuais, o processo de qualificação contemplou dimensões ambientais e sociais, como o incentivo ao manejo sustentável do solo, à redução do uso de insumos químicos e à inclusão de novos produtores. Essas ações ampliaram a base da cadeia produtiva e fortaleceram o caráter coletivo do processo, em consonância com o princípio de sustentabilidade e equidade territorial defendido pela FAO (2010).

A participação direta dos produtores na formulação das regras de produção com validação por técnicos e pesquisadores garantiu transparência, legitimidade e apropriação social do conhecimento. Essa dinâmica colaborativa confirma a consolidação da IG como um instrumento de governança territorial, no qual a qualidade é construída socialmente e o território é reconhecido como fator ativo na diferenciação do produto (FAO, 2010; SEBRAE, 2022).

#### 4.3 Etapa de remuneração

A etapa de Remuneração representa o momento em que o reconhecimento da IG de Procedência “Paranacity” para o Urucum se converte em valorização econômica, social e simbólica. Segundo a FAO (2010), nessa fase o valor agregado gerado pela qualidade vinculada à origem se traduz em melhores condições de renda e desenvolvimento territorial. No caso de Paranacity e Cruzeiro do Sul, os resultados apontam para um processo de fortalecimento econômico e organizacional.

O registro da IP, concedido pelo INPI em 2025, resultou na criação de uma marca coletiva, gerida pela Aprucity, associação que garante o uso controlado da IP e a observância das normas



do CET (APRUCITY, 2024). A marca “Urucum de Paranacity” passou a funcionar como indicador de autenticidade e procedência, permitindo a diferenciação no mercado e ampliando a confiança de consumidores e indústrias.

A valorização de mercado tornou-se perceptível logo após o reconhecimento da IG, com o aumento do preço médio do quilo do urucum, que alcançou patamares de R\$22,00 em safras favoráveis, acima dos valores praticados em regiões sem registro de IG (MAPA, 2023). Além da valorização direta, a IP estimulou acordos comerciais mais estáveis e redução da dependência de atravessadores, garantindo maior previsibilidade de receita aos produtores.

Os principais canais de comercialização envolvem a venda direta a indústrias de alimentos, cosméticos e fármacos, além de parcerias com distribuidoras regionais. O urucum certificado passou a ser utilizado também como insumo de origem rastreável em produtos gourmet e em formulações cosméticas naturais, o que reforça seu apelo sustentável e o alinhamento às demandas do mercado de bioinsumos (SEBRAE, 2022).

No plano institucional, a IP facilitou o acesso a programas de crédito e fomento voltados a produtos de base territorial, como o Programa Cooperar Paraná e o Projeto Mais que Energia (Itaipu Binacional), destinados à mecanização e à melhoria da infraestrutura de beneficiamento (IDR-PR, 2024). Tais incentivos ampliam a capacidade produtiva e reforçam o compromisso coletivo com a padronização e a rastreabilidade.

Além dos retornos financeiros diretos, o processo de remuneração gerou benefícios imateriais igualmente relevantes: aumento da autoestima dos produtores, visibilidade midiática e fortalecimento da identidade local. A realização de eventos, como a Feira do Urucum, contribuiu para a promoção territorial e para o envolvimento da comunidade com a IP de origem. Essas ações refletem o conceito de valorização coletiva da FAO (2010), segundo o qual a IG fortalece o produto e o tecido social que o sustenta.

#### 4.4 Etapa de reprodução dos recursos locais

A reprodução dos recursos locais é uma das dimensões mais relevantes no contexto das IGs, pois reflete a capacidade de o território manter, ao longo do tempo, os recursos naturais, sociais e culturais que sustentam a reputação e a autenticidade do produto (FAO, 2010). No caso do Urucum de Paranacity, observou-se que o sistema produtivo adota práticas que equilibram tradição, sustentabilidade e inovação, garantindo a continuidade do saber-fazer e a vitalidade socioeconômica da região.

O processo de produção do urucum é vinculado ao uso responsável dos recursos naturais, especialmente do solo e da água, com ênfase no manejo agroecológico e na secagem natural



controlada, prática tradicional que reduz o consumo energético e preserva o teor de bixina. Iniciativas sustentáveis, como o uso de lodo de esgoto tratado fornecido pela Sanepar como biofertilizante, aumentaram em até 30 % a produtividade das áreas cultivadas, além de reduzirem a dependência de fertilizantes químicos (IDR-PR, 2024). Essa solução demonstra que a inovação tecnológica, quando integrada ao conhecimento local, pode potencializar a reprodução dos recursos ambientais e econômicos, em consonância com o princípio da bioeconomia circular (SEBRAE, 2022). Outra iniciativa da Associação dos produtores, que pôde ser observada durante a visita ao campo, foi a compra de máquinas laboratoriais para medição do teor de bixina dos lotes produzidos. A chegada de uma nova máquina com maior capacidade de medição em relação a quantidade de grãos foi adquirida e está presente na sede da Aprucity.

No âmbito social, há um esforço crescente para formar e engajar novas gerações de produtores, assegurando a continuidade do saber-fazer associado à cultura do urucum. A Aprucity e o IDR-PR promovem cursos, oficinas e intercâmbios voltados à educação ambiental, gestão da propriedade e sucessão familiar, incentivando jovens a permanecer no campo e a investir na atividade (APRUCITY, 2024). Essa preocupação com a transmissão de conhecimentos é coerente com o conceito de “reprodução sociocultural dos territórios” defendido pela FAO (2010), no qual o produto e sua comunidade se fortalecem mutuamente.

O território da IG se articula com outras atividades complementares, como o artesanato e a gastronomia temática, ampliando a diversidade econômica e consolidando a imagem regional do “ouro vermelho”. Essas iniciativas favorecem a construção de circuitos curtos de comercialização e a integração entre produtores, consumidores e visitantes, reforçando o caráter experiencial e simbólico do produto (SEBRAE, 2022).

A inclusão de critérios ambientais e sociais no CET (APRUCITY, 2024) reforça o compromisso com a sustentabilidade de longo prazo e com a coerência entre qualidade, origem e responsabilidade socioambiental.

#### 4.5 Etapa de políticas públicas

A etapa de Políticas Públicas corresponde à dimensão institucional e normativa do processo de IG, na qual se avalia o suporte do poder público e das entidades de fomento ao desenvolvimento territorial e à proteção da origem. No caso da IP de “Paranacity” para o Urucum, observa-se um exemplo de sinergia entre políticas públicas, apoio técnico e mobilização social, que foi determinante para o êxito do reconhecimento pelo INPI em maio de 2025.

O processo de construção da IG foi conduzido de forma interinstitucional, com a participação ativa da Aprucity, IDR-PR, UEM, do Sebrae/PR e da Prefeitura Municipal de



Paranacity e do MAPA. Essa rede multissetorial materializa o modelo da quádrupla hélice da inovação, no qual a articulação entre governo, academia, empresas e sociedade civil gera resultados de impacto sustentável (SEBRAE, 2022).

O marco jurídico que ampara a IG é estabelecido pela Lei nº 9.279/1996 (Lei da Propriedade Industrial), regulamentada pelo INPI, que define a IP como o nome geográfico de país, cidade ou região que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto. O registro BR402023000013-0 (INPI, 2025) formalizou o reconhecimento da IP “Paranacity”, sendo o 17º produto paranaense a conquistar tal status (Agência de Notícias do Paraná, 2025).

Além do reconhecimento nacional, o processo contou com apoio técnico do Sebrae/PR por meio da aplicação da Metodologia de Identificação de Potenciais IGs, que orientou o diagnóstico da cadeia produtiva e a elaboração participativa do CET (APRUCITY, 2024). O Sebrae contribuiu com a capacitação de produtores e gestores locais, promovendo oficinas sobre propriedade intelectual, governança e rastreabilidade (SEBRAE, 2022).

O Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento (SEAB) e do IDR-PR, integrou o processo de validação técnica e de difusão da IG, articulando o reconhecimento do urucum às políticas estaduais de valorização da agroindústria familiar e da bioeconomia regional (IDR-PR, 2024). Essa atuação confirma a importância das políticas públicas descentralizadas na consolidação de produtos territoriais sustentáveis.

O Mapa, por sua vez, incorporou o caso do Urucum de Paranacity em seus indicadores nacionais de produtos diferenciados, reconhecendo o impacto socioeconômico e ambiental da IG (MAPA, 2023). A inserção do produto no rol de boas práticas em IGs reforça o alinhamento da experiência local com as metas da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS 8, 9, 12 e 15).

A Aprucity assumiu o papel de organização gestora da IG, responsável por emitir autorizações de uso da IP, acompanhar a conformidade dos produtores e representar institucionalmente o grupo perante órgãos públicos e parceiros. A governança participativa adotada garante a transparência e o fortalecimento da base social, reduzindo riscos de apropriação indevida da reputação territorial.

Entre os principais desafios identificados estão: a necessidade de ampliar a infraestrutura de beneficiamento e registro de IG, fortalecer o marketing territorial e consolidar uma estratégia de internacionalização do urucum paranaense. Tais metas dependem da continuidade das políticas de fomento, da integração com programas de crédito e da manutenção do engajamento institucional e comunitário.



## 5 Considerações finais

A análise do processo de reconhecimento da IP do Urucum de Paranacity (PR), sob a ótica da Metodologia Sebrae e do Círculo Virtuoso da Qualidade Ligada à Origem, demonstra um caso de valorização territorial construída de forma colaborativa e sustentável. O percurso até a conquista da IG revela a convergência entre identidade cultural, saber-fazer tradicional e apoio institucional, configurando um modelo de governança alinhado às diretrizes contemporâneas de desenvolvimento territorial e bioeconomia.

A etapa de Identificação demonstrou que o urucum é um produto simbólico do território, dotado de características físicas e químicas singulares especialmente o elevado teor de bixina e de um capital cultural enraizado em décadas de tradição agrícola. O vínculo histórico entre o produto e o território é fortalecido pelo reconhecimento local do “ouro vermelho” como patrimônio coletivo, reforçando o valor simbólico da origem.

Na etapa de Qualificação, a elaboração participativa do CET estabeleceu regras claras de produção, colheita e secagem, traduzindo o conhecimento empírico dos produtores em parâmetros técnicos de qualidade. Esse processo participativo, apoiado por instituições como Sebrae/PR, IDR-PR e UEM, assegurou a legitimidade social e científica do registro, confirmando que a qualidade vinculada à origem é resultado da sinergia entre tradição e ciência.

A etapa de Remuneração mostrou que a IP de origem gerou ganhos de valor agregado, fortalecendo a renda dos produtores e ampliando o reconhecimento mercadológico do produto. A criação da marca coletiva, a participação em feiras, eventos e o acesso a linhas de fomento e crédito rural configuram avanços que traduzem o potencial econômico e social da IG.

No campo da Reprodução dos Recursos Locais, observou-se a adoção de práticas agrícolas sustentáveis e a preocupação com a sucessão geracional, fatores que asseguram a continuidade da produção e a preservação dos recursos naturais. A utilização de biofertilizantes orgânicos, o estímulo à educação ambiental e o interesse dos jovens na atividade demonstram que o círculo virtuoso se fecha de forma positiva, reinvestindo o valor gerado em melhorias socioambientais e tecnológicas.

Por fim, a etapa de Políticas Públicas confirma o papel das parcerias institucionais e da governança multissetorial. O apoio do Sebrae, do IDR-PR, da UEM, do Mapa e da prefeitura o avanço do processo e para o fortalecimento da Aprucity como gestora da IG. Essa articulação demonstra o funcionamento do modelo da quádrupla hélice, no qual universidade, governo, empresas e sociedade civil interagem de forma contínua.

Como limitações do estudo, destaca-se a realização de entrevistas concentradas nas lideranças da associação, o que pode ter gerado viés de representatividade nas percepções



coletadas; além disso, a disponibilidade de dados quantitativos ainda é restrita, o que dificulta análises temporais e comparativas mais robustas. A ausência de um grupo de controle externo à área delimitada também restringe a avaliação de impactos relativos após o reconhecimento da IG.

Para trabalhos futuros, sugere-se a aplicação de protocolos de monitoramento dos efeitos socioeconômicos, culturais e ambientais decorrentes da IG, a fim de verificar o grau de adesão dos produtores às práticas descritas no CET e o impacto real na renda e na imagem do território. Recomenda-se, igualmente, a realização de auditorias periódicas e estudos longitudinais para acompanhar a consolidação da marca coletiva, a efetividade das ações de promoção territorial e o uso da representação gráfica da IP em produtos e embalagens.

Em médio prazo, estudos complementares podem avaliar a ampliação do escopo da IG para produtos derivados do urucum, como corantes naturais e cosméticos, bem como investigar os efeitos do registro de IG sobre a atração de investimentos e o fortalecimento da economia criativa regional, consolidando o “ouro vermelho do Paraná” como símbolo de inovação, identidade e sustentabilidade.

## 6 Referências

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ (Governo do Estado do Paraná). **Urucum de Paranacity e Cruzeiro do Sul é o 17º produto paranaense com selo de IG**. Curitiba: AEN, 2025. Disponível em: <https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Urucum-de-Paranacity-e-Cruzeiro-do-Sul-e-o-17o-produto-paranaense-com-selo-de-IG>. Acesso em: 2 nov. 2025.

APRUCITY – ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE URUCUM DE PARANACITY. **Caderno de Especificações Técnicas da Indicação de Procedência “Paranacity” para o Urucum**. Paranacity: APRUCITY, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/cadernos-de-especificacoes-tecnicas/Paranacity.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Portaria INPI/PR nº 04, de 20 de janeiro de 2022. **Estabelece critérios e procedimentos para o registro de Indicações Geográficas**. Rio de Janeiro: INPI, 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/legislacao-ig/PORT\\_INPI\\_PR\\_04\\_2022.pdf](https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/legislacao-ig/PORT_INPI_PR_04_2022.pdf). Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **O que é Indicação Geográfica? Como obter o registro?** Brasília, DF: MAPA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/o-que-e-indicacao-geografica-ig>. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Comex Stat – Estatísticas de Comércio Exterior**. Brasília, DF: MDIC, 2023. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/>. Acesso em: 5 nov. 2025.

BRITO, Z. M.; OLIVEIRA, R. C.; BARBOZA, R. S.; KIELING, A. C. A Indicação Geográfica como direito de propriedade intelectual: desafios e perspectivas jurídicas no caso da farinha de Uarini. **Revista Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 22, n. 7, p. 1–45, 2025. DOI:



10.54033/cadpedv22n7-290.

Disponível

em:

<https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/download/16620/9255/43812>.

Acesso em: 25 out. 2025.

CORRÊA, S. J. P. et al. Implementação e governança da Indicação Geográfica no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, v. 72, p. 187–204, 2024. Disponível em: [https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?pid=S2215-25632024000100187&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?pid=S2215-25632024000100187&script=sci_arttext). Acesso em: 27 out. 2025.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

EUROPEAN FOOD SAFETY AUTHORITY. Scientific Opinion on the Safety of Annatto Extracts (Bixin, Norbixin) as a Food Additive. **EFSA Journal**, v. 17, n. 7, p. 1–37, 2019. DOI: 10.2903/j.efsa.2019.5781.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Linking People, Places and Products: A Guide for Promoting Quality Linked to Geographical Origin and Sustainable Geographical Indications**. 2. ed. Rome: FAO, 2010. Disponível em: <https://www.fao.org/4/i1760e/i1760e.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2025.

GRAND VIEW RESEARCH. **Natural Food Colors Market Size, Share & Trends Analysis Report**. San Francisco: Grand View Research, 2023. Disponível em: <https://www.grandviewresearch.com/industry-analysis/natural-food-colors-market>. Acesso em: 3 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal – 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html>. Acesso em: 3 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Urucum – cultivo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/urucum-cultivo/br>. Acesso em: 4 nov. 2025.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ. Relatório técnico sobre a produção de urucum no Noroeste do Paraná. Curitiba: IDR-PR, 2024.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Ficha técnica de registro de Indicação Geográfica – Paranacity (BR402023000013-0)**. Rio de Janeiro: INPI, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/fichas-tecnicas-de-indicacoes-geograficas/Paranacity.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2025.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Disponível em: <https://www.ppga.propesp.ufpa.br>. Acesso em 3 nov 2025.

RODRIGUES, J. E. L. F. et al. **Resposta do urucuzeiro à fertilização com nitrogênio, fósforo e potássio**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2021. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1135440>. Acesso 3 nov 2025.



SEBRAE; INPI. **Indicações Geográficas Brasileiras**. Brasília: Sebrae; INPI, 2016. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/f2dd6c8eac9acc07ac0f3fe6de5e173/%24File/7524.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/f2dd6c8eac9acc07ac0f3fe6de5e173/%24File/7524.pdf). Acesso em: 3 nov. 2025.

SEBRAE. **Indicações Geográficas Brasileiras**. Brasília: Sebrae, 2022. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/indicacoes-geograficas-brasileiras%2C8a47d106b5562510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 3 nov. 2025.

UNITED STATES. **Food and Drug Administration**. Listing of color additive regulations. Federal Register, Washington, D.C., v. 90, n. 21, p. 5020–5035, jan. 2025. Disponível em: <https://public-inspection.federalregister.gov/2025-00830.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2025.

VENÂNCIO, M. F. D. et al. Indicações geográficas e suas contribuições para as políticas públicas regionais. **Revista Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 14, n. 9, p. 15482–15499, 2023. DOI: 10.7769/gesec.v14i9.2804.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: Editora UnB, 2004.